

HABEAS CORPUS Nº 567.436 - PA (2020/0070971-4)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : BRUNO SOARES FIGUEIREDO
ADVOGADO : BRUNO SOARES FIGUEIREDO - PA016777
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
PACIENTE : ADIEMISON ARAUJO DE SOUSA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

EMENTA

HABEAS CORPUS. INCÊNDIO. PRISÃO PREVENTIVA REVOGADA NA ORIGEM. PERDA DO OBJETO.

Writ prejudicado. Liminar cassada.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de **Adiemison Araújo de Sousa** contra ato coator proferido pela Seção de Direito Penal do Tribunal de Justiça do Pará, que, nos autos do HC n. 0800456-86.2019.8.14.0000, denegou a ordem, mantendo o paciente preso preventivamente pela suposta prática de conduta descrita no art. 250 do Código Penal, conforme os termos da seguinte ementa (fl. 93):

EMENTA: *HABEAS CORPUS* LIBERATÓRIO. CRIME DE INCÊNDIO. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. IMPROCEDÊNCIA. DECISÃO FUNDAMENTADA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PERICULOSIDADE DO AGENTE REVELADA PELO *MODUS OPERANDI*. SUBSTITUIÇÃO DA CUSTÓDIA PREVENTIVA POR MEDIDA CAUTELAR DIVERSA. INAPLICABILIDADE. QUALIDADES PESSOAIS IRRELEVANTES (SÚMULA 7. 08 DO TJPA). ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

1. É indispensável a manutenção da prisão preventiva do paciente, considerando as provas da materialidade e dos indícios de autoria, como também a necessidade de garantir a ordem pública, diante da periculosidade concreta do agente, revelada pelo modo de proceder na perpetração do ilícito, uma vez que o coacto, em concurso de pessoas, em razão de uma suposta dívida no valor de R\$300,00, ateou fogo no veículo automotor da vítima, em plena via pública.

2. Diante da necessidade da prisão preventiva para garantia da ordem pública, verifica-se a inaplicabilidade de quaisquer medidas cautelares alternativas previstas no art. 319 do CPP, uma vez que as circunstâncias do delito evidenciam a insuficiência das providências menos gravosas.

3. Eventuais condições pessoais de cunho subjetivo, por si sós, não tem o condão de conferir ao coacto o direito de responder em liberdade. (Súmula nº 08/TJPA).

4. Ordem denegada, por unanimidade.

O impetrante alega, em síntese, que o pedido tem suporte no art. 4º, I, *b* e *c*,

Superior Tribunal de Justiça

da Resolução n. 62/2020. O paciente foi preso preventivamente pela suposta prática de conduta descrita no art. 250 do Código Penal, sem violência ou grave ameaça à pessoa.

Salienta que o paciente é pessoa íntegra, sem antecedentes criminais, de boa família, comerciante, bem como frequenta o círculo familiar e comunitário no município de Paragominas-PA, possui 2 (dois) filhos menores de 12 anos que dependem economicamente de seu labor para o sustento tendo em vista que a matriarca é responsável pelos afazeres do lar (fl. 4).

Destaca a Recomendação n. 62/2020 do Conselho Nacional de Justiça, que determinou a reconsideração das prisões preventivas.

Argumenta que a prisão preventiva deve ser fundamentada na ideia de medida extrema, subsidiária, residual, só tendo lugar quando insuficientes as medidas cautelares diversas da prisão.

Acresce que o réu não apresenta indícios que demonstrem tratar-se de personalidade voltada para a criminalidade, não se justificando a privação completa de sua liberdade diante da alternativa – suficiente para evitar a possível reiteração (fl. 18).

Menciona a liminar concedida na ADPF 347/DF, no sentido de determinar a reanálise das prisões, inclusive as provisórias.

Afirma que a prisão preventiva só deve ser imposta quando se vislumbrar a possibilidade de imposição de apenamento superior a 8 anos e, no caso, o tipo imputado prevê pena de 3 a 6 anos de prisão, devendo a questão ser resolvida pelo princípio da proporcionalidade.

Requer a concessão da ordem em definitivo (fls. 3/28).

Liminar deferida às fls. 157/159.

Informações prestadas pela origem às fls. 167/173 e 174/183.

O Ministério Público Federal opina para que se julgue prejudicado o presente *habeas corpus* (fls. 185/186).

É o relatório.

Superior Tribunal de Justiça

Conforme destacado pelo Ministério Público Federal, o presente *mandamus* perdeu o objeto.

Dentre as informações prestadas, verifico que, em 20/3/2020, o Juízo de piso determinou a expedição de alvará de soltura em favor do paciente, revogando a prisão preventiva (fls. 174/180).

Este feito tem como objeto justamente a revogação da prisão preventiva, não havendo razão para prosseguir.

Ante o exposto, **julgo prejudicado** o *habeas corpus* e casso a liminar.

Publique-se.

Brasília, 03 de abril de 2020.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator